

CARTA DE RESPONSABILIDADE

São Miguel do Oeste/SC, 16 de Fevereiro de 2024.

À

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 299 – E. Edifício Venturo – Salas 901 e 902 – Centro - Cep 89802-140 - Chapecó – SC

Assunto: Carta de Responsabilidade da administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, referente às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de Dezembro de 2023.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, relativas ao exercício findo em 31/12/2023, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31/12/2023, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31/12/2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo	375.779.554,61	233.854.479,21
Passivo	337.973.899,25	207.638.073,74
Patrimônio Líquido	37.805.655,36	26.216.405,47
Sobras ou Perdas do Exercício	853.444,07	433.153,45
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	375.779.554,61	233.854.479,21

* valores em Reais

Essas contas estão de acordo com os livros da empresa e as Demonstrações Financeiras transcritas no livro diário e também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações:

01 – A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem a cooperativa.

02 – Confirmamos que todas as transações efetuadas no período pela Cooperativa foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente.

03 – A cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras.

04 – Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

05 – Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas Demonstrações Financeiras o saldo das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante a devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.

06 – Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.

07 – Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou empregados que possam ter efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras.

08 – As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes confirmados por nosso assessor jurídico.

09 – Não é de nosso conhecimento qualquer evento subsequente à data do encerramento do semestre até a presente data, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período.

10 – Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da cooperativa.

11 – Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios da cooperativa.

12 - As transações com partes relacionadas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

13 - Nosso sistema de controles internos está elaborado e está sendo executado de acordo com a Resolução CMN 4.968 e normas complementares. Não identificamos nenhuma inconsistência que possa apresentar exceções às normas.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI/SÃO MIGUEL

CLEBER SIMIONATO

Presidente

CPF: 022.894.009-55

DELMIR PEREIRA

Diretor Geral

CPF: 040.585.069-70

FRANCIELI DIAS DA SILVA

Contadora

CRC PR 064.037/O-6 T/SC

JOÃO CARLOS ANZOLIN

Diretor Executivo

CPF: 526.244.559-49

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

ATIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	297.936.175,74	165.899.581,17	PASSIVO CIRCULANTE	327.071.176,15	203.885.283,50
DISPONIBILIDADES (NE 11)	2.983.851,86	2.340.966,86	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	319.156.119,53	200.896.434,81
INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	269.971.956,12	147.833.306,69	Depósitos à Vista	171.337.574,12	91.751.251,71
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ	244.487,01	140.639,63	Depósitos a Prazo	147.818.545,41	109.145.183,10
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3.537.287,98	378.455,19			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	188.332.114,83	85.054.207,11	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NE 2.1)	6.124.252,23	1.834.396,63
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	18.270,00	79.170,00	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	996,50
Banco Central - conta de pagamentos	188.313.844,83	84.975.037,11	Obrigações por empréstimos e repasses	6.124.252,23	1.833.400,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NE 04a e NE 2.1)	77.858.066,30	62.260.004,76	Empréstimo Oikocredit	6.124.252,23	1.833.400,13
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NE 2.1)	-11.161.794,68	-5.824.948,39			
(-) Operações de Crédito (NE 04 b)	(8.234.905,07)	(4.891.520,14)	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	1.790.804,39	1.154.452,06
(-) Outros Créditos	(2.926.889,61)	(933.428,25)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	81.760,44	126.550,90
OUTROS ATIVOS	36.142.162,44	21.550.256,01	Sociais e Estatutárias	573.830,81	233.310,12
Rendas a Receber	2.282.190,62	1.634.458,22	Fiscais e Previdenciárias	293.125,12	284.943,45
Diversos (NE 05)	2.994.837,94	3.542.433,62	Diversas (NE 08)	842.088,02	509.647,59
Negociações e Interm de valores	1.473.685,79	863.113,46			
Ativos não financeiros mantidos para venda (NE 06 e NE 2.1)	31.046.239,81	15.820.355,73			
Material em estoque (NE 2.1)	60.627,26	41.737,26			
(-) Prov. Desvalorização de Ativos não financ. Mantidos para venda (NE 06 e NE 2.1)	(1.715.418,98)	(351.842,28)			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	77.843.378,87	65.606.968,37	PASSIVO NÃO CIRCULANTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.708.378,46	29.969.195,71
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69.874.452,64	58.091.602,66			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NE 04a e NE 2.1)	65.579.956,65	56.424.890,57			
OUTROS ATIVOS	4.294.495,99	4.014.641,76	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	10.902.723,10	3.752.790,24
Diversos (NE 05)	4.294.495,99	4.014.641,76	Empréstimo Oikocredit	10.902.723,10	3.752.790,24
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.805.655,36	26.216.405,47
IMOBILIZADO DE USO (NE 07)	4.494.458,42	3.565.444,38	CAPITAL SOCIAL (NE 09)	35.660.827,15	25.345.311,95
Outras Imobilizações de Uso	6.404.791,37	5.263.121,76	De Domiciliados no País	35.660.827,15	25.345.311,95
(Depreciações Acumuladas)	(1.910.332,95)	(1.697.677,38)		-	-
INTANGÍVEL	3.474.467,81	3.949.921,33	RESERVAS DE LUCROS	1.291.383,27	1.237.259,49
Softwares	6.286.411,51	5.751.888,88	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	-	(799.320,29)
(Amortizações Acumuladas)	(2.811.943,70)	(1.801.967,55)	SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO	853.444,94	433.154,32
TOTAL DO ATIVO	375.779.554,61	233.854.479,21	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	375.779.554,61	233.854.479,21

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022
	TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.109.537,02	29.808.994,03
Operações de Crédito	37.532.992,60	26.619.191,32
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.576.544,42	3.189.802,71
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(31.246.992,35)	(17.912.333,92)
Operações de Captação no Mercado	(21.336.616,11)	(12.709.192,17)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.156.001,10)	(1.685.683,52)
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.754.375,14)	(3.517.458,23)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.862.544,67	11.896.660,11
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(19.625.641,04)	(10.799.221,36)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	772.237,21	436.350,70
Rendas de Tarifas Bancárias	313.164,64	369.202,41
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.586.435,94)	(5.277.258,10)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(11.386.647,24)	(6.759.588,26)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(156.960,12)	(35.742,79)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	5.491.177,80	3.690.159,79
Despesas de Depreciação e amortização	(1.794.516,21)	(1.244.876,66)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(6.277.661,18)	(1.977.468,45)
RESULTADO OPERACIONAL	2.236.903,63	1.097.438,75
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(27.586,96)	44.124,15
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	2.209.316,67	1.141.562,90
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(75.706,50)	(58.679,27)
Provisão para Imposto de Renda	(41.648,91)	(27.757,44)
Provisão para Contribuição Social	(34.057,59)	(30.921,83)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	2.133.610,17	1.082.883,63
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	1.280.166,10	649.730,18
Fundo de Reserva - 40%	853.444,07	433.153,45
FATES - 20%	426.722,03	216.576,73
SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO	853.444,07	433.153,45

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2023	31/12/2022
	TOTAL	TOTAL
Sobra Líquida do período	853.444,07	433.153,45
Outros Resultado abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do período	853.444,07	433.153,45

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL
CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022
Sobras Perdas liquidas antes do IR e CSLL	2.133.610,17	1.082.883,63
Contas resultado Credora	59.892.903,24	34.406.077,98
Contas resultado Devedoras	(57.683.586,57)	(33.264.515,08)
Apuracao Resultado (IR CSLL)	(75.706,50)	(58.679,27)
Ajustes as sobras/perdas liquidas	1.794.516,21	1.244.876,66
Despesas de depreciacao e amortizacao	1.794.516,21	1.244.876,66
Despesas de Depreciação	1.794.516,21	1.244.876,66
Outros Ajustes	-	-
Destinações dos resultados FATES	-	-
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	(10.919.526,40)	(8.311.655,99)
Operações de Crédito	(21.409.742,69)	(34.091.360,43)
Operações de Crédito	(21.409.742,69)	(34.091.360,43)
Outros Creditos	1.002.898,08	162.338,46
Outros Creditos	1.002.898,08	162.338,46
Outros Valores e Bens	(13.881.197,38)	(7.895.133,40)
Outros Valores e Bens	(13.881.197,38)	(7.895.133,40)
Depósitos	118.259.684,72	94.437.546,28
Depósitos	118.259.684,72	94.437.546,28
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	(106.541.584,39)	(58.495.697,02)
Relações Interfinanceiras	(106.541.584,39)	(58.495.697,02)
Obrigacoes por empréstimos e repasses	11.440.784,96	(2.822.400,13)
Empréstimos no pais outras instituicoes	11.440.784,96	(2.822.400,13)
Outras obrigações	209.630,30	393.050,25
Outras obrigações	209.630,30	393.050,25
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(6.991.400,02)	(5.983.895,70)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado de uso	(2.248.076,73)	(4.129.215,12)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.248.076,73)	(4.129.215,12)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	10.315.515,20	6.517.680,38
Aumento/(redução) de capital	10.315.515,20	6.517.680,38
Reservas de lucro	(799.320,29)	-
Reservas de lucro	(799.320,29)	-
Sobras ou perdas acumuladas	366.166,84	(45.176,00)
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	366.166,84	(45.176,00)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	9.882.361,75	6.472.504,38
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	642.885,00	(3.640.606,44)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	642.885,00	(3.640.606,44)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	2.340.966,86	5.981.573,30
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.983.851,86	2.340.966,86

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

2022

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	18.827.631,57	-	804.106,04	-	(754.143,42)	18.877.594,19
Mutações Exercício Atual	6.517.680,38	-	433.153,45	-	387.977,45	7.338.811,28
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-		(45.176,00)	(45.176,00)
2. Integralização de Capital	16.177.754,87					16.177.754,87
3. Baixas de Capital	(9.660.074,49)					(9.660.074,49)
4. Baixas Reservas			-			-
4. Sobras ou perdas do exercício					1.082.883,63	1.082.883,63
5. Destinações para reservas			433.153,45		(433.153,45)	-
6. Destinações Fates					(216.576,73)	(216.576,73)
Saldo Exercício Atual	25.345.311,95	-	1.237.259,49	-	(366.165,97)	26.216.405,47
Mutações	6.517.680,38	-	433.153,45	-	387.977,45	7.338.811,27
Variações %	35%	0%	54%	0%	-51%	39%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

2023

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	25.345.311,95	-	1.237.259,49	-	(366.165,97)	26.216.405,47
Mutações Exercício Atual	10.315.515,20	-	54.123,78	-	1.219.610,91	11.589.249,89
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-		(433.153,45)	(433.153,45)
2. Integralização de Capital	17.314.925,79					17.314.925,79
3. Baixas de Capital	(6.999.410,59)					(6.999.410,59)
4. Baixas Reservas			(799.320,29)		799.320,29	-
4. Sobras ou perdas do exercício					2.133.610,17	2.133.610,17
5. Destinações para reservas			853.444,07		(853.444,07)	-
6. Destinações Fates					(426.722,03)	(426.722,03)
Saldo Exercício Atual	35.660.827,15	-	1.291.383,27	-	853.444,94	37.805.655,36
Mutações	10.315.515,20	-	54.123,78	-	1.219.610,91	11.589.249,90
Variações %	41%	0%	4%	0%	-333%	44%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI SÃO MIGUEL, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 24/08/2006 e tem por objetivos principais:

- I - propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;
- II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- III – conceder financiamento habitacional a seus cooperados por meio da participação em programas que tenham esse objetivo.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964, nº 5.764/1971, LC 130/2009, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 02.1 – Mudanças nas Políticas Contábeis

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Apresentamos para as contas contábeis relativas a essa NE 2.1, nova estrutura para os saldos de 2022, visando atender ao que tange ao aspecto de comparabilidade dos dados, não registrando reflexos nos resultados do período, conforme orienta NBC TG 23, §28.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração analisará em 2024 a necessidade de revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, determinou a adoção dos Pronunciamentos Técnicos - CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda for considerado provável.

g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	76.822.673,98	65.521.368,54	142.344.042,52	118.461.323,58
Financiamentos	50.729,32	55.182,36	105.911,68	167.023,19
Financiamentos rurais e agro-industriais	984.663,00	3.405,75	988.068,75	56.548,56
Carteira total	77.858.066,30	65.579.956,65	143.438.022,95	118.684.895,33

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para Perdas esperadas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nível A	24.915.022,59	39.666.573,88	125.840,42	198.333,82
Nível B	43.701.633,19	26.927.314,83	441.579,43	269.273,89
Nível C	46.103.397,46	37.630.720,99	1.383.102,87	1.128.922,75
Nível D	18.886.852,62	10.283.277,15	1.888.688,90	1.028.329,99
Nível E	6.224.187,17	2.051.276,31	1.867.257,41	615.383,25
Nível F	1.756.877,55	811.592,48	878.443,12	405.797,93
Nível G	666.866,50	228.871,21	466.807,04	160.210,02
Nível H	1.183.185,88	1.085.268,49	1.183.185,88	1.085.268,49
Total (i)	143.438.022,95	118.684.895,33	8.234.905,07	4.891.520,14

* valores em Reais

(i) Além destas provisões, também consta saldo referente provisão sobre as Coobrigações registradas na conta de coobrigação 3.0.1.00.00-4 R\$ 8.332.097,47, informado no Balanço Patrimonial como Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa conta 4.9.9.45.90-6 R\$ 218.911,44.

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	4.105.221,82	2.727.971,59
Lançadas contra prejuízo	8.840.565,07	2.584.002,91
Recuperadas de prejuízo	(8.779.056,57)	(1.206.752,68)
Saldo Final	4.166.730,32	4.105.221,82

* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS ATIVOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Ativos - Diversos	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Adiantamento de Férias	23.636,97		23.636,97	29.149,96
Impostos a compensar	141.878,00		141.878,00	69.329,66
Adiantamento para aquisição Imobilizado	249.812,09		249.812,09	2.480,35
Devedores por compra de bens	1.125.137,95	3.565.495,99	4.690.633,94	5.871.720,37
Imposto de Renda a recuperar	-		-	104.211,36
Sem caract. De concessão de credito	835.702,56	729.000,00	1.564.702,56	827.012,02
Devedores - Procap Badesco	131.496,91		131.496,91	-
Devedores SC Mais Renda	37.914,75		37.914,75	-
Devedores contas encerradas	449.258,71		449.258,71	-
Valores a receber relat a transações de pagamento			-	290.813,94
Devedores diversos - País	-		-	362.357,72
Total	2.994.837,94	4.294.495,99	7.289.333,93	7.557.075,38

* valores em Reais

NOTA 06 – ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Imóveis	26.802.735,30	-	26.802.735,30	12.916.274,31
Veículos próprios	325.209,00	-	325.209,00	1.412.001,42
Veículos e Afins	2.421.617,83	-	2.421.617,83	1.412.001,42
Máquinas e equipamentos	1.050.050,00	-	1.050.050,00	1.050.050,00
Outros	446.627,68	-	446.627,68	442.030,00
(-) Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(1.715.418,98)	-	(1.715.418,98)	(351.842,28)
Total	29.330.820,83	-	29.330.820,83	16.880.514,87

* valores em Reais

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2023			31/12/2022	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imoveis de Uso	1.600.000,00	(403.159,99)	2.020.388,73	1.308.789,89	4%
Benfeitorias em imóveis locados	823.548,72				4%
Sistema de transporte	1.270.069,86	(573.234,70)	696.835,16	902.563,46	20%
Mobiliário	1.133.777,14				10%
Equipamentos de processamento de dados	664.380,85	(656.336,89)	1.346.406,09	831.819,42	20%
Equipamentos de comunicação e segurança	204.584,99				20%
Outros Equipamentos	708.429,81	(277.601,37)	430.828,44	522.271,61	20%
Total	6.404.791,37	(1.910.332,95)	4.494.458,42	3.565.444,38	-

* valores em Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2023			31/12/2022
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Valores a devolver a clientes	2.146,26		2.146,26	21,05
Credores Seguro Prestamista Sulamerica	297.902,95	-	297.902,95	107.456,33
Provisão para pagamentos a efetuar	318.627,37	-	318.627,37	267.245,87
Provisão para Coobrigações	218.911,44	-	218.911,44	82.424,34
Provisão processos Cíveis (i)	4.500,00	-	4.500,00	1.500,00
Valores a devolver - venda ativo não financ	-	-	-	51.000,00
Total	842.088,02	-	842.088,02	509.647,59

* valores em Reais

(i) Foi registrado a título de contingência passiva o valor de R\$ 1.500,00 referente ao processo 5001785-39.2020.8.24.0042 e o valor de R\$ 3.000,00 referente ao processo 5001067-59.2023.8.24.0067.

NOTA 09 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	35.660.827,15	25.345.311,95

* valores em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Total de associados	9.166	8.432

NOTA 10 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a vista	112.654,02	68.330,85
Pessoas físicas	112.654,02	68.330,85
Depósitos a prazo	881.793,58	1.272.355,59
Pessoas físicas	881.793,58	1.272.355,59
Operações de crédito	2.260.782,92	2.209.380,54
Cota Capital	527.338,37	364.967,85
Remuneração de empregados e administradores	4.183.608,65	3.379.794,80
Remuneração pessoas chave da administração	1.159.603,00	1.023.052,49

* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

NOTA 11 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2023	Final: 31/12/2023	Variação
Caixa	841.112,35	788.818,62	(52.293,73)
Depósitos bancários	1.429.641,75	2.077.909,76	648.268,01
Reservas Livres Banco Central	70.212,76	117.123,48	46.910,72
Total	2.340.966,86	2.983.851,86	642.885,00

* valores em Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 12 – ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 12º, da Resolução CMN 4.606/17, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

A cooperativa utiliza-se da metodologia de facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), efetuando cálculo da parcela de ativos ponderados pelo risco na forma simplificada RWA5, Circ. Nº3.862/17.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PRs5)	34.331.187,55	22.266.484,14
Patrimônio de referência exigido	27.551.013,64	21.281.866,35
Limite do PRs5 (sobra ou insuficiência)	6.780.173,91	984.617,79
Índice de Basileia (mínimo 17%)	21,18%	17,79%

* valores em Reais

NOTA 13 – RESOLUÇÃO Nº 4.966/2021

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.966/2021 em seu Art.76, parágrafo único: "II - divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022", transcrevemos abaixo o Plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida na referida Resolução.

Resolução Bacen 4.966 – NOVOS CONCEITOS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS
Plano de Implementação

Resolução Bacen 4.966
NOVOS CONCEITOS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS
Plano de Implementação

1. INTRODUÇÃO

A partir da Resolução 4.966, de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil divulgou novas normas para definição de conceitos e critérios contábeis aplicados a instrumentos financeiros, além de definir a necessidade do reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).
A referida Resolução abrange, também, as Cooperativas de Crédito, e exige a implantação de alterações de alto impacto no processo da contabilidade da Cooperativa, bem como a implantação de ferramentas tecnológicas, significativamente diferenciadas das atuais soluções.
Com a implantação destes novos conceitos e critérios contábeis, todos os instrumentos financeiros utilizados pela Cooperativa, tanto em seu polo ativo, como em seu polo passivo, passarão a ser contabilizados, valorados e atualizados mediante critérios internacionais, que visam apurar o verdadeiro valor dos instrumentos.
Caberá à Cooperativa estabelecer critérios de avaliação, provisão e atualização baseados nas características dos instrumentos financeiros utilizados com seus associados ou possíveis outras contrapartes, e que estejam em sintonia com o seu modelo de negócio.

2. ABRANGÊNCIA

As alterações previstas no referido normativo terão impacto sobre várias áreas da Cooperativa, envolvendo, especialmente, os setores de contabilidade, tecnologia, comercial e controles internos, cujas ações deverão estar perfeitamente integradas com as estratégias aprovadas por sua alta gestão, representada pelo Conselho de Administração e Diretoria. Caberá ao Conselho Fiscal da Cooperativa, em conjunto com o setor de Controles Internos, acompanhar a execução do presente Plano de Implementação, indicando ao Conselho de Administração possíveis atrasos significativos ou incorreções no seu andamento.

3. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação das determinações contidas na Resolução 4.966, a Cooperativa apresenta, no presente Plano, seu cronograma de implantação, dividido em quatro fases:
Formação Interna: Realização de workshops, cursos e formação, com participação dos setores envolvidos a fim de sedimentar e aumentar a compreensão quanto aos novos conceitos e critérios a serem aplicados com a Resolução. Os eventos de formação ocorrerão sempre que necessário, concentrando-se no primeiro semestre de 2023;
Avaliação de Instrumentos: Iniciada durante o ano de 2023, com envolvimento dos setores de contabilidade e gestão de riscos, será desenvolvido e apresentado ao conselho no primeiro semestre de 2024 um relatório com a avaliação dos instrumentos financeiros utilizados pela Cooperativa, a fim de avaliar as alterações e os impactos em sua situação patrimonial;
Desenvolvimento Tecnológico: Implementação de tarefas em conjunto com às fornecedoras dos softwares utilizados pela Cooperativa, com apresentação de estudos e cronogramas de execução. O desenvolvimento e implantação das alterações tecnológicas seguirão as seguintes fases:
Análise da Legislação e das Tecnologias Aplicáveis - Segundo Semestre de 2023;
Levantamento de Requisitos e Elaboração de Projetos - Até 31 de Março de 2024;
Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Projeto - Até 31 de Agosto de 2024;
Fase de Homologação do Projeto - Até 30 de Setembro de 2024
Implantação em Ambiente de Produção Assistida - 30 de novembro de 2024;
Lançamento em Produção - 02 de janeiro de 2025.
Adequações Contábeis: Elaboração, em conjunto com a área de Contabilidade, de novos normativos internos dos novos processos contábeis a serem aplicados no início da exigência das emissões de novos balanços e balanços contábeis, contemplando a análise dos impactos com a implementação dos novos critérios estabelecidos pela Resolução, contemplando:
Desenvolvimento e apresentação, por parte das áreas de contabilidade e gestão de riscos, de estudo com os impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Cooperativa frente a implantação das novas normas – 30/11/2024
Demonstrações Financeiras: Divulgação de todos os documentos exigidos pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na Resolução 4966 ou em futuros normativos, com destaque para:
Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022: Divulgação resumida do presente Plano de Implementação;
Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023: Divulgação da situação do andamento da implementação, bem como possíveis ajustes necessários no presente Plano, inclusive as possíveis alterações decorrentes de normas adicionais emanadas pelo Bacen;
Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024: Divulgação dos impactos estimados na situação financeira da Cooperativa, decorrentes da implantação dos novos conceitos e critérios contábeis.

Aprovado em 29/12/2023.

CLEBER SIMIONATO
Presidente
CPF: 022.894.009-55

DELMIR PEREIRA
Diretor Geral
CPF: 040.585.069-70

FRANCIELI DIAS DA SILVA
Contadora
CRC PR 064.037/O-6 T/SC

JOÃO CARLOS ANZOLIN
Diretor Executivo
CPF: 526.244.559-49